



# Anais da Assembléia

N.º 96

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE AGOSTO DE 1978

ANO IV

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 89ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 1978

#### TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Manoel Gaona.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### Mensagens:

MENSAGEM N.º 80/78

Curitiba, 24 de agosto de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios n.ºs 14 e 15, celebrados em 17 de abril de 1978, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, e o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), órgão do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a concessão de assistência técnica e financeira ao Estado, nos valores e para os fins que especificam.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 81/78

Curitiba, 24 de agosto de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios n.ºs 051/77 e 207/78, celebrados, respectivamente em 12 de

maio de 1977 e 18 de abril de 1978, entre o Governo do Estado e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando a aplicação de recursos do SALÁRIO EDUCAÇÃO, instituído pelo Decreto-Lei n.º 1.422, de 23 de outubro de 1975.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### Ofício:

Sob o n.º 004/78, do Senhor Ivo Roque Pedrini, Presidente da Câmara Municipal de Toledo, encaminhando cópia do requerimento do Vereador Wilmo Barcelos Marcondes, a respeito da solidariedade com as atuais reivindicações do professorado público paranaense. — Ao conhecimento da Casa.

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer dispensa de publicação da REDAÇÃO FINAL, dos Projetos:

PROJETO DE LEI N.º 105/75 — de autoria do Deputado Maurício Fruet, que declara de utilidade pública o “Templo de Umbanda Yemanjá”, com sede nesta Capital;

PROJETO DE LEI N.º 31/78 — de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública o “Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Paraná - CEAG/PR”, com sede e foro nesta Capital;

PROJETO DE LEI N.º 05/78 — de autoria do Deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo isentar de contribuições previdenciárias, os servidores inativos, civis, militares e autárquicos, sem prejuízos dos benefícios previdenciários e assistenciais da legislação específica e dá outras providências;

PROJETO DE LEI N.º 121/78 — de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 75/78, que objetiva alterar o Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, dando nova composição à carreira de Assistente Judiciário e dá outras providências;

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 106/78 — de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que estabelece sede temporária da Assembléia Legislativa, no auditório do Colégio Estadual do Paraná, no dia 1/9/78 e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo infausto passamento do Dr. DJALMA FERREIRA LOPES, membro de tradicional família mineira, ex-Parlamentar e Médico dos mais destacados, cujo espírito humanitário queremos ressaltar, e que da decisão da Casa, se dê ciência à família enlutada, à rua Frei Caneca, n.º 11, Apt.º 111 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1978.

(a) Aguinaldo Pereira Lima

#### JUSTIFICATIVA:

O Dr. Djalma Ferreira Lopes, Médico humanitário e um dos baluartes da vida social, política e benemerente da nossa terra, formou-se pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1916.

Era genro do Senhor Joaquim Tomas Ribeiro da Silva, que a seu turno era filho do fundador da cidade de Tomazina — neste Estado.

O Dr. Djalma, exerceu a medicina no Norte Pioneiro durante muitos anos, atendendo indistintamente ricos e pobres, com o mesmo espírito e a mesma dedicação, enfrentando as intempéries e as dificuldades da época, quando os transportes eram rudes e inadequados.

O extinto fez da medicina um sacerdócio e toda a sua vida foi dedicada ao bem fazer, disto deu provas quando do surto da gripe espanhola que ceifou tantas e tão preciosas vidas em nosso Estado, lutando bravamente para debelar o mal, expondo-se a riscos incalculáveis, sem olhar a situação econômica daqueles que com tanto amor e desprendimento atendia.

O Dr. Djalma Ferreira Lopes, foi dos mais íntegros e destacados Parlamentares, quando exerceu no biênio 1920/1921, o mandato de Deputado Estadual nesta Casa de Leis, tendo pertencido à Comissão de Higiene onde se destacou como um dos mais brilhantes higienistas da época. Sua vida exemplar como chefe de família, homem público e médico profundamente humano, são exemplos insuperáveis que devem ser seguidos por todos aqueles que tenham idêntica vocação e o mesmo desejo incomum de servir o próximo com inteiro desprendimento.

O Dr. Djalma, era casado com Dona Zalina Ribeiro Lopes, e era pai das Senhoras Cléia e Célia.

Deixa também, o Dr. Djalma Ferreira Lopes uma legião infinita de amigos e admiradores, além da imorredoura gratidão dos milhares de paranaenses que por ele foram tão carinhosamente e humanitariamente atendidos.

O Dr. Djalma, foi um dos fundadores do Bamerindus, entidade de crédito das mais respeitáveis e tradicionais em nosso País, tendo sido também, destacado membro do seu Conselho, Diretor e Administrativo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvida a Casa, seja consignado em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Grande Líder Político — JOSÉ DO PATROCÍNIO E SILVA, do Distrito de Luizlândia, do Município de Campo Mourão, ocorrido no dia 28 de agosto p.p., na cidade de Londrina, perdendo assim o Paraná mais um velho guerreiro das lides políticas.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1978.

(a) Augusto Carneiro

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao Dr. Luiz Francisco Fontoura, funcionário deste Poder Legislativo, pela sua aprovação, em recente concurso promovido pela Procuradoria Geral da Justiça do Estado, ao cargo de Promotor Substituto.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1978.

(a) Ezequias Losso

#### JUSTIFICATIVA:

O funcionário em apreço é merecedor dos nossos melhores elogios, pois conhecemos a sua origem humilde e sabe-

mos que galgou cada posto nesta Casa com esforço e méritos pessoais.

Aqui começou trabalhando aos 14 anos de idade, como ascensorista. Desde então, em todas as funções que exerceu, sempre o fez com probidade e dedicação, angariando a amizade e simpatia de todos os seus colegas — superiores e subordinados.

Estudioso, ingressou no curso de Direito na Faculdade de Direito de Curitiba, obtendo o primeiro lugar no concurso vestibular.

Como nosso aluno naquela instituição, destacou-se pelo seu agudo interesse em participar efetivamente das aulas, demonstrando sua verdadeira inclinação ao estudo do Direito.

Tornou-se bacharel em janeiro deste ano e, agora, sete meses após, já obteve sua classificação no concurso para Promotor Substituto.

Estas as razões que nos levaram a apresentar o presente requerimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Presidente da SANEPAR, no sentido de urgenciar as obras de esgotos no Bairro da Vila Nori, nesta Capital.

Tal pedido prede-se ao fato de existir no local, valetas abertas, pondo em risco a vida e saúde dos moradores do bairro.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1978.

(a) Manoel Gaona.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que essa Presidência, com a devida aprovação do Plenário, encaminhe expediente ao Sr. Secretário da Fazenda, apresentando as seguintes sugestões:

a) — Prorrogação por 90 (noventa) dias da Instrução SEFI 614/78, que concede 70% (setenta por cento) de desconto, nas multas por I.C.M. devido, estendendo o período de incidência até agosto de 1978;

b) — Nos casos de “denúncia espontânea” de débitos do I.C.M., ainda fora da ação fiscal, propor a supressão de quaisquer multas, cobrando-se com o tributo devido, apenas 1% (um por cento) ao mês de juros de mora.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1978.

(a) David Federmann

#### JUSTIFICATIVA:

A proposição objeto do requerimento anexo foi sugerida ao Deputado que neste subscreve, por numerosos comerciantes do nosso Estado, principalmente das regiões mais afetadas pelos prejuízos advindos das geadas, estiagem e da peste suína, que trouxeram graves apreensões aos poderes públicos e ao povo em geral, em virtude das difíceis consequências econômicas inevitáveis. Tangido pelos males imprevistos, o comércio em geral se ressentiu dos mesmos, esgotando seus recursos para solucionar seus débitos normais.

Mais uma vez confiantes no Governo do Paraná, que tem à sua frente o Governador Jayme Canet Júnior, homem de vivência constante em nossos círculos comerciais — os comerciantes do Paraná têm fundadas razões para esperar sejam atendidas suas pretensões, consubstanciadas nos dois itens do requerimento que antecedem esta, os quais são:

— para que a Secretaria da Fazenda prorrogue por 90 dias a Instrução SEFI 614/78, que concede 70% de desconto nas multas por I.C.M. devido, estendendo o período de incidência até agosto de 1978;

— e que, nos casos de “denúncia espontânea” de débitos do I.C.M. ainda fora da ação fiscal, proponha a supressão de

quaisquer multas, cobrando-se com o tributo devido, apenas 1% ao mês de juros de mora.

A assistência do poder público estadual ao nosso comércio, com a concretização de tais providências, vem, sem dúvida alguma, demonstrar a verdadeira atuação administrativa do Governo Estadual, procurando colaborar na solução de problemas anormais que interromperam a vida progressista de nosso comércio em geral. Por tais motivos relevantes e justos é que o Deputado, que solicita ao Poder Executivo tais providências, tomou a iniciativa de ser o intermediário das mesmas.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N.º 133/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “Associação Beneficente Santa Madalena Sofia”, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1978.

(a) Luiz Alberto Oliveira

#### JUSTIFICATIVA:

A “Associação Beneficente Santa Madalena Sofia”, com sede e foro no Município de Curitiba, é uma associação assistencial, filantrópica, civil e de utilidade pública, com personalidade própria.

Pelos inclusos estatutos da Associação e demais documentos, se observam os relevantes serviços sociais que são prestados à coletividade mais necessitada.

Do exposto, considerando que a mesma preenche os requisitos necessários e indispensáveis à sua declaração de utilidade pública, é que oferece o presente projeto de lei à consideração dos meus Pares.

##### PROJETO DE LEI N.º 134/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o “Recanto dos Velhinhos de Cianorte”, com sede à Rua Curitiba, n.º 1906, na cidade de Cianorte - PR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1978.

(a) Gabriel Sampaio

#### JUSTIFICATIVA:

O “Recanto dos Velhinhos de Cianorte”, com sede à Rua Curitiba, n.º 1906, na cidade de Cianorte - Paraná, constitui uma sociedade sem fins lucrativos, tendo como objetivo o atendimento a pessoas idosas, sem condições de arcar com deveres ou trabalhos da vida cotidiana, fornecendo aos mesmos um recanto onde possam receber conforto espiritual e material, pois não são medidos esforços nesse sentido.

Encontra-se em pleno funcionamento e atendendo às determinações previstas em lei, o que justifica o presente pedido, ou seja, que a mesma venha a ser declarada de utilidade pública.

##### PROJETO DE LEI N.º 135/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o “Serviço de Obras Sociais de Cianorte - S.O.S.”, com sede à Rua Florianópolis, 1813, na cidade de Cianorte - Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1978.

(a) Gabriel Sampaio

#### JUSTIFICATIVA:

O Serviço de Obras Sociais de Cianorte - S.O.S., com sede na cidade de Cianorte, à Rua Florianópolis, n.º 1813, constitui uma sociedade sem fins lucrativos, tendo como objetivo a ajuda às pessoas menos favorecidas, pautando seus ideais em servir com viveres, medicamentos e o atendimento na forma de orientação familiar e social.

Encontrando-se em pleno funcionamento e atendendo às determinações previstas em lei, justifica o presente pedido para que venha a ser declarada de utilidade pública.

##### PROJETO DE LEI N.º 136/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “Recanto do Menor - CEMIC”, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1978.

(a) Jorge Sato

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade de Maringá, com o atendimento ao menor.

O reconhecimento público municipal já foi outorgado através da Lei Municipal n.º 1.200/78.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação que regulamenta o instituto da declaração pública no âmbito estadual.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

##### PROJETO DE LEI N.º 137/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “Serviço de Assistência Social Bom Pastor”, com sede e foro na cidade de Paranaguá, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1978.

(a) Valter Pietrângelo

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que declara de utilidade pública, o “Serviço de Assistência Social Bom Pastor”, caracteriza-se pela filosofia de Evangelização, Cultura e Assistência Social, com finalidade principal de promover assistência às pessoas desamparadas, sem distinção de raça e cor, fé religiosa, credo político e assistência a órfãos internados ou não.

O Serviço de Assistência Social Bom Pastor, foi fundado em trinta e um de janeiro de mil novecentos e sessenta e seis, com duração indeterminada e vem funcionando até a presente data, atendendo plenamente seus objetivos estatutários, na cidade de Paranaguá, no litoral deste Estado.

Pela Lei n.º 1.208, de cinco de junho de mil novecentos e setenta e oito, sancionada pelo Poder Executivo do Município de Paranaguá, foi declarada de utilidade pública naquela cidade, motivo que vem corroborar o presente projeto de lei estadual.

Todas estas condições apresentadas, preenchem os principais requisitos exigidos para que se conceda ao Serviço de Assistência Social Bom Pastor, a indispensável declaração de utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin, inscrito.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Neste mês de agosto o mundo está assinalando dez anos da passagem de um espetáculo triste: o esmagamento do ensaio de liberdade da Nação Checa, pelos exércitos soviéticos. Foi em 1968 que floresceu a "Primavera de Praga". Foi em 1968 que ela acabou, sob as botas dos soldados comunistas.

Explico melhor: os checoslovacos também vinham sob o comunismo desde a II Guerra Mundial. Mas o comunismo ali fora imposto por u'a minoria, porque os exércitos vermelhos estavam no País, após o fim da guerra. E o povo checo nunca aceitou a ditadura marxista, a intolerância do Partido único, em suma, o totalitarismo leninista que procura reduzir o homem a um materialismo brutal.

Em 1968, os checos começaram a ensaiar uma experiência de relativa liberdade, sob a liderança de Alexandre Dubchec. Tudo o que eles queriam era respirar livremente, sem a opressão soviética, mas o que o mundo viu foi o sufocar do grito de liberdade, com o avanço dos tanques russos. Os principais líderes da tentativa de independência política foram jogados à prisão e o povo da Checoslováquia teve que se aquietar ante a baioneta da violência.

Essa a auto-determinação dos povos, pregada pelos adeptos do comunismo? Porque um exército estrangeiro interveio tão ostensivamente para silenciar um povo que clamava por liberdade?

Senhores, o esmagamento da "Primavera de Praga" nos traz meditações. Um povo culto, um país industrializado, não quis viver sob o comunismo totalitário. E foi sufocado.

Que neste mês em que registramos a passagem do doloroso sacrifício dos heróis de Praga, possamos manifestar esperança de que no futuro a liberdade de opção política possa imperar para todos os povos!"

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, segundo orador inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Percorrendo a nossa região política na última semana, pudemos aquilatar a situação política e administrativa do nosso Estado nessa região. Adentrando na Comarca de Astorga, verificamos para gáudio nosso, do nosso Governo e do nosso Partido, que na linha asfáltica que ligava e que liga Apucarana até Paranavaí, até o asfalto de Rolândia a Porecatu, não existia um palmo de rodovia asfaltada em todos estes municípios em número superior a trinta.

E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, verificamos, por exemplo, a sede da Comarca de Astorga, já na fase final do asfalto que liga Astorga a Iguaçu; projeto já terminado da ligação asfáltica de Astorga a Santa Fé; projeto já em fase final com prazo para o término ligando Astorga a Jaguapitã, ficando hoje praticamente a sede da Comarca de Astorga, que não tinha asfalto nenhum, com dois asfaltos já terminados e dois com projeto já construído, com ligações então em número de quatro na sede da Comarca.

O asfalto que liga Maringá-Iguaçu, Iguaçu-Astorga e Iguaçu-Santa Fé, já em construção esses três trechos, e Iguaçu a Anglo, com projeto já concluído e Iguaçu a Nova Esperança, passando por Atalaia, projeto em fase de concorrência, que deixará o Município de Iguaçu que não tem um palmo de asfalto e até o fim deste Governo, com duas ou três ligações asfálticas concluídas e um com um projeto concluído quando teremos então, quatro ligações asfálticas num município que não tinha nenhum.

Santa Fé, também com quatro; Guaraci com três; Colorado com dois; Flórida com dois; Lobato com um. E assim por diante, para não enumerarmos todos os municípios desta faixa, e que teremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nessa região que não tinha um palmo de asfalto, a região mais asfaltada do Brasil. Todos esses trechos, todas essas obras, iniciadas e con-

cluídas no Governo Jayme Canet. Mas não somente esta região nossa, da nossa liderança, mas também a região de Xambrê, Pérola, Altônia, que também, com três comarcas hoje, somente a Comarca de Pérola que falta a instalação, sem um palmo de asfalto, já inaugurado o asfalto de Iporã à Pérola, e em fase de inauguração, já pronta para ser inaugurado o trecho de Umarama a Xambrê, e a firma, que estava com a concorrência já ganha, e a obra iniciada de Pérola até Altônia, não tendo cumprido o primeiro cronograma, o primeiro prazo marcado no cronograma da obra, houve por bem o Sr. Governador, suspender o contrato e dar o trecho de Pérola a Altônia para duas firmas com a intenção única e simplesmente de cumprir o compromisso com o povo de Pérola e Altônia.

Hoje estamos aqui na Assembléia com a presença do Prefeito de Pérola, que teve audiência com S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Governador do Estado, e o Governador assegurou que esses trechos ainda serão entregues dentro do seu governo.

Este Estado, que outrora tinha problemas de obras para as firmas somente daqui, de dentro do Paraná, hoje nós vemos firmas de todo o Brasil trabalhando no Estado do Paraná, e o que é o mais importante, todas elas recebendo em dia, as parcelas dos trechos de obras já terminados. Vejo-me neste momento na obrigação e no dever, de vir à tribuna, agradecer S. Ex.<sup>a</sup> o Governador do Estado, por determinação dos meus companheiros, Prefeitos, Vereadores e Líderes da região, porque nesta hora difícil em que passa todo mundo, de crises e de problemas climatológicos, o Paraná acima de tudo, continua com o seu plano de obra em execução e sobretudo, com o seu funcionalismo pago em dia.

Nós, que fomos funcionário público antes de ser Deputado, e que continuamos como Deputado a mercê das contribuições também, do Governo do Estado, temos a obrigação e o dever de vir à tribuna, agradecer em nome do funcionário público do Estado, em nome do povo do Paraná, o que este Governo, Jayme Canet Júnior, vem cumprindo diante dos compromissos assumidos.

E quero, neste momento, Sr. Presidente, aproveitar a tribuna, para dizer de que fiquei surpreso também, quando pela primeira vez no meu mandato de dois anos, eu saí em visita à minha região, e deixei de comparecer como Secretário da Assembléia. Acho que o compromisso de um Secretário é na Mesa, é na administração da Assembléia e é também com o povo do Paraná, e vi, pela imprensa, o Deputado Erondy Silvério, surpreso sobretudo, por ser o Deputado Erondy Silvério, que já foi Secretário e Presidente desta Casa, dizer de que um Secretário não pode faltar à sessão.

Gostaria que o Sr. Deputado Erondy Silvério me mostrasse em que artigo do Regimento Interno, existe a proibição de um Secretário se ausentar da cadeira de secretário. Mas, eu quero dizer da falta sua, do Deputado Erondy Silvério, no artigo 20 do Regimento Interno, no parágrafo 3.º:

"A convite do Presidente, qualquer Deputado poderá exercer as funções de Secretário, quando se verificar a ausência dos titulares."

A minha falta, como Secretário, haverá de aparecer, porque eu mesmo que dou frequência nos meus vencimentos, mas a falta do Deputado Erondy Silvério, aventando o artigo do Regimento que não existe, em primeiro lugar; e em segundo lugar, faltando com o seu compromisso como parlamentar, porque quando um Secretário não está aqui, ocupando o seu lugar na cadeira, é dever e obrigação dos Deputados que estão na sessão, atendendo o convite do Sr. Presidente, ocupar a cadeira de Secretário.

Isto está previsto no Regimento da Assembléia.

Então, quero também que a imprensa, onde o Sr. Deputado Erondy Silvério tem mais acesso do que eu, também me dê o devido destaque, que a qualquer momento o Sr. Presidente pode convidar Deputado que pertença a esta bancada, a

ocupar a cadeira de Secretário.

Quero também que a imprensa divulgue, — não sou jornalista e não tenho ligação nenhuma com jornalistas, mas solicito à imprensa sadia que também dê destaque deste artigo, que qualquer Deputado presente aqui, tem obrigação a convite do Sr. Presidente, de ocupar a Secretaria. E um Secretário não pode ser onipresente, sou um político, como todos, e acho que também terei minhas ausências aqui, receberei as faltas devidas, como todos os Secretários que por aqui passaram.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)  
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Acabamos de chegar de nossa região, onde constatamos a grande satisfação, a grande euforia do povo de nossa terra. A euforia, Sr. Presidente, a satisfação, Srs. Deputados, é desta equipe de Canet Júnior, que tem procurado imprimir uma política sadia, em que concerne à estrutura das cidades menos favorecidas em arrecadação.

Com satisfação, notamos o término da estrada de Santo Antônio da Platina, Ribeirão do Pinhal, Nova Fátima, Santo Antônio do Paraíso e São Sebastião da Amoreira.

Também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando de nossa ida a Sapopema, S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Governador do Estado, ao verificar as obras, ao inspecionar as obras de saneamento, obras de construção quase terminadas de hospital e delegacia daquela cidade, garantiu ao seu povo que há de deixar o plano de obras, o plano rodoviário da ligação sonhada, da estrada do Cerne, de São Jerônimo a Pirai do Sul, é com euforia, é com satisfação, que o povo de minha terra, que o povo do Norte Pioneiro recebe Canet Júnior. Quando se fala em estradas, quando se fala em cem mil salas de aula, quando se fala em delegacias, construídas e outros inícios de obras, com convênios firmados com Prefeituras por intermédio do Governo do Paraná, é por isto, Sr. Presidente, é por isto, Srs. Deputados, que nós com orgulho dizemos:

Canet Júnior é o melhor Governador que o Brasil tem no momento, sem olhar, muitas vezes, à sigla partidária, Canet Júnior entrega aos Prefeitos do MDB convênios para reparos nos próprios do Estado, para construção de Delegacias, como é o caso de Santa Mariana e Nova Fátima, onde estão sendo feitos reparos e construindo delegacias; o caso, Srs. Deputados, da Prefeitura de Curiúva, autorizada também para construir uma Delegacia em convênio com o Estado.

Vemos, Srs. Deputados, o dinheiro do povo aplicado em favor do próprio povo; aí vemos, um Governador honrado, preparando-se para entregar o Governo para um governador não menos honrado, que é o ilustre Ministro Ney Braga.

Vemos a esperança, Sr. Presidente, a esperança do povo, a esperança do meu Paraná, nesta semana da Pátria, esta Pátria que tem como símbolo a nossa querida bandeira verde-amarela, Bandeira de todos os brasileiros de boa vontade; os brasileiros que sabem as dificuldades porque passam os nossos dirigentes, as dificuldades quando pedimos ao povo que tenha fé e esperança, porque os homens de mãos calosas, os homens que mourejam em nossas terras, que amainam a terra regando-a com seu próprio suor, têm confiança e esperança nos seus dirigentes e grande confiança no futuro Governador Ney Braga.

E é por isso, que haveremos, Sr. Presidente, haveremos, Srs. Deputados, de, unidos, levar a égide arenista, levar Túlio Vargas ao Senado para que possa completar o elo entre governo estadual e federal; para que o Paraná continue essa grande meta de Canet Júnior, por intermédio de Ney Braga e Túlio Vargas, com nossa bancada no Congresso Nacional.

É neste momento que, agradecendo ao povo do Paraná, dizendo muito obrigado pela votação maciça que há de receber o candidato que leva a sigla da ARENA, para orgulho

nosso, para orgulho dos paranaenses de boa vontade; para orgulho das criancinhas que estão recebendo livros do Governo, o Paraná há de dizer "presente" ao grande líder que é Jayme Canet Júnior.

Agradecendo a deferência da Comissão Executiva de nossa Casa, pelo trabalho árduo que tem feito em favor do Paraná e de sua gente, é que conclamo aos arenistas a levarem a sigla de nosso Partido a uma vitória esmagadora, que há de ser a vitória do Paraná, a vitória do Brasil, a vitória de todos os cristãos de boa vontade, de nossa terra.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, usarei o horário destinado ao MDB.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Eu, desde que voltei a esta Casa, tenho procurado não me envolver, nem política nem pessoalmente, com o nobre Deputado Primeiro Secretário desta Casa.

Conheço seu gênio violento. Sei que é um homem que não coloca a razão acima da paixão. Por esse motivo, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, tenho evitado qualquer crítica, qualquer restrição à ação do Sr. Primeiro Secretário nesta Casa.

E foi o que eu fiz, Sr. Presidente, naquela sessão em que o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, viu-se obrigado a proceder a leitura da ata dos trabalhos da sessão anterior, porque a Mesa não estava completa.

Eu conheço muito bem o artigo 20 do Regimento Interno da Casa e todas as vezes que eu fui convocado pela Presidência da Casa, a prestar a minha colaboração à Mesa, jamais me neguei. Estão aí os Anais e as atas da Casa para comprovar.

Mas é um fato inusitado, Senhores Deputados, um fato insólito, do Presidente da Casa ver-se na contingência de proceder a leitura da ata dos trabalhos porque aqueles que se elegeram para cargos da Mesa, apenas o fizeram para gozar das vantagens da verba de representação que o cargo lhes confere, porque conta-se nos dedos, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, as sessões que aqui comparece principalmente o Segundo Secretário da Casa. O Primeiro Secretário ainda tem vindo, esporadicamente, mas o Sr. Segundo Secretário não comparece. Conta-se nos dedos, as sessões que nós vemos as figuras do Primeiro e Segundo Secretários na Mesa.

Então, a questão de ordem que eu levantei ao Presidente. eu fui claro, eu fui objetivo. Disse desconhecer a possibilidade jurídica da substituição dos quatro Secretários da Casa, pois são os quatro que não comparecem às sessões plenárias.

Disse, fui taxativo ao dizer que desconhecia a possibilidade ou não da substituição desses Secretários, mas fiz aquela solicitação à Mesa, para, no sentido de colaboração, para que esse meu alerta, que essa minha reclamação; pudesse trazer de volta os Secretários às suas funções, às funções para os quais foram eleitos pela Casa, que é, de secretariar os trabalhos da Casa durante as sessões plenárias. Já fui Primeiro Secretário e apenas faltei uma sessão. Senhor Presidente e Senhores Deputados, durante o meu mandato de Primeiro Secretário, apenas a uma sessão eu faltei. Estão também os Anais e as atas das sessões legislativas, para comprovar a veracidade do que eu digo.

Reconheço, Senhor Presidente, reconheço que o Sr. Primeiro Secretário da Casa, como qualquer um dos cinquenta e três (53) Deputados, tem o direito de fazer a sua campanha eleitoral, claro que tem. Agora, quando o Deputado postula um lugar à Mesa, tem consciência, tem conhecimento que o nosso



mandato é por tempo certo. São quatro anos. Ao final desses 4 anos existe uma campanha política e quem postula um lugar à Mesa sabe que deve fazer a sua campanha política, mas que não pode esquecer as suas obrigações como Secretário do Poder.

Eu estou de consciência tranqüila, Senhor Presidente, e nobres Senhores Deputados, de consciência tranqüila, porque eu não tenho questão pessoal com ninguém. Não nutro sentimentos menos nobres contra nenhum dos Senhores Deputados desta Casa, muito menos contra o Sr. 1.º Secretário, que eu admiro como homem público, que tem qualidades excepcionais. Agora, coloca sempre o coração acima da razão. É um velho hábito seu, de tentar intimidar os membros desse Poder, com rompantes e nós queremos aqui deixar bem claro que nós não temos medo nem do homem nem do ronco que ele tem, porque o besouro também ronca e vai-se ver, não é ninguém. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Talvez como nunca, estamos vivendo em nossa Pátria, o signo da adjetivação. Não só o Governo adjetiva como o fez com a Democracia, criando a Democracia Relativa, mas também ele é adjetivado: inconstitucional, ilegal, ilegítimo. Um verdadeiro rosário de iis, ao qual acrescentaríamos, face à situação econômica e social de nosso povo outros iis. É também o Governo brasileiro insensível, intransigente, impopular, implorante, irresponsável e antes de mais nada, impatriota.

Srs. Deputados, para exemplificar, vejamos o que está ocorrendo com a nossa agropecuária, principalmente em nosso Estado, e mais particularmente com a nossa suinocultura já debatida, quase a exaustão. O Governo foi e está sendo insensível, o que aliás não constitui novidade, pois sem auir nas urnas a legitimidade não tem como e porquê ser sensível aos anseios do povo. Precipitou-se no anúncio da peste suína africana, por não ter sensibilidade suficiente para avaliar os prejuízos que isso traria. E é também inconseqüente. Prejuízos, digase de passagem, não só ao suinocultor, mas ao Estado, ao comerciante, ao fabricante de rações, ao motorista e no fim da cadeia de comercialização ao operário que passou a ter de comer, quando come, menos carne face aos preços atingidos pela carne bovina, e, paradoxalmente pelo contínuo aumento dos próprios produtos derivados de suínos.

O Governo foi e está sendo intransigente ao não admitir a possibilidade de erro na constatação de tal peste. Dúvidas, Srs. Deputados, pairam no ar sobre a virulência de tal doença. Já não teria mais vindo da África, nos resíduos de comidas deixados pelos aviões, e sim, da Europa, de onde o vírus viria atenuado. Europa, onde em alguns países a peste suína africana convive com o rebanho suínico.

Intransigente é este Governo, também ao não compreender, não estar na agricultura e na pecuária os fatores de inflação, como aliás o próprio Ministro, Alysso Paulinelli tem afirmado.

O Governo foi e está sendo impopular, pois se nega a tomar medidas que realmente atinjam objetivos populares.

Onde estão, Srs. Deputados, os 500 milhões prometidos para a manutenção de um preço mínimo de aproximadamente Cr\$ 12,00 o quilo do suíno?

Por ser impopular tal importância do Governo, e portanto do bolso do povo, devem estar a recuperar a indústria do setor depois de uma fase de concordatas, que aliás ainda não foram bem explicadas, se fraudulentas ou não, porque os donos dos frigoríficos, depois de consumirem com os produtos dos colonos, não deixaram de ir para a Europa, não deixaram de ter os carrões e continuam com as suas contas bancárias provavelmente locupletando os bancos da Suíça. A nível do suinocultor, resta o consolo de vender o seu produto entre sete e dez cru-

zeiros, e ainda se submeter a prazos ilegais que aumentam suas perdas.

Onde estão as medidas sugeridas para que fossem subsidiados os insumos e principalmente as rações, minorando assim os prejuízos do criador?

Por ser impopular e portanto elitista, o Governo voltado aos ricos, o Governo prefere subsidiar em 50% a gasolina verde para os aviões, para a aristocracia deste País voar e passear em todos os quadrantes. E mais ainda, Srs. Deputados, em até 75% a gasolina destinada aos aeroclubes desta Nação. Novamente a elite a imperar sobre um povo espezinhado.

Por ser impopular é que este Governo não olha para o povo; por ser impopular e portanto elitista, repito, o governo prefere subsidiar os produtos de exportação ao isentá-los de impostos, criando a curiosa situação de se comprar produtos nacionais fora do País, por preços até 50%, inferiores ao mercado interno.

No Paraguai, compramos uma carteira de cigarro pela metade do preço que se compra aqui no Brasil.

No Chile compramos um caminhão Mercedes Benz por 25% mais barato do que se compra aqui dentro do País. É o povo novamente a subsidiar os ricos desta Pátria. Mesmo internamente, Srs. Deputados, prefere favorecer o dono de um frigorífico a entregar ao suinocultor, rações por preços inferiores, ao preço de custo.

O Governo foi, e está sendo implorante. Não só por apelar por forças extra-terrenas como o fez a São Pedro há algum tempo atrás, mas principalmente, por implorar ao sofrido povo, mais dedicação e menos reivindicações.

O Governo foi e está sendo irresponsável por avaliar uma intensa campanha, sub-liminar, principalmente pela televisão, contra os produtos derivados do suíno, ao mesmo tempo que reconhece, não causar a peste suína africana, danos à saúde humana. O tratamento é totalmente diferente, daquele dado aos criadores de bovinos. Não se fala que 40% do rebanho brasileiro está com brucelose, aftosa ou tuberculose, doenças estas sim, altamente transmissíveis ao ser humano.

Coincidência ou não, a presença novamente, do poder econômico dos grandes fazendeiros, quase sempre em postos de importância neste País. O governo foi, e está sendo impatriótico, ao permitir uma verdadeira colonização por estrangeiros em nosso País, uma colonização tecnológica, que está levando os nossos técnicos ao desespero.

Aí está, alguns anos atrás, a introdução do milho híbrido, fazendo com que o nosso colono, deixasse de manter a sua semente e hoje, dificilmente neste País, algum colono ainda produz ou tem, sementes do chamado milho comum, que veio desde os incas até os nossos tempos. O colono se desfez de sua semente, e hoje, as multinacionais impõem o preço do milho híbrido, porque é o único que se pode comprar. Um saco de 40 quilos de sementes de milho híbrido a 490 cruzeiros, 12 cruzeiros o quilo, enquanto que para a venda, o colono não consegue dois cruzeiros. Está aí, o imperialismo a nos impor tecnologia altamente refinada na avicultura. E coincidentemente, Srs. Deputados, depois de uma peste, há cerca de doze anos surgiu o frango híbrido que está hoje, dominando o mercado nacional, sempre pagando "royalties" e importando, os ovos que produzem as matrizes.

É impatriótico esse governo, porque sabendo de tudo isso, dos males que estão sendo causados nesta Nação, pelas multinacionais, não se conforma e não se contém, e está a permitir, e está aí a grande verdade da peste suína africana, que está a permitir a desmoralização total desse setor, para dentro de quatro anos, aqui vir a Agrocere introduzir o porco híbrido.

Então, a tecnologia nacional, e é bom que se diga, graças também ao Governo, tecnologia nacional, que conseguiu um avanço nos últimos tempos, caía toda por terra para a introdução, novamente, de uma tecnologia estrangeira.

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência se referiu à insensibilidade do Governo, eu queria, a propósito da peste suína, exemplificar esta insensibilidade. O preço do suíno estava cotado em quatorze, para o tipo carne e treze para o tipo banha. Hoje, ele está em oito e sete, respectivamente.

Mas, a insensibilidade governamental, nobre Deputado, se afere de que ainda, já nós estamos com noventa dias de peste suína, portanto, há três meses que o preço do suíno caiu verticalmente.

Mas há três meses, nobre Deputado, que a pauta do suíno, para a cobrança do ICM, fixada pelos tecnocratas deste Governo, está ainda em quatorze; a pauta é fixada como se o preço estivesse em quatorze cruzeiros. E nós sabemos de que as reclamações e as ponderações, inclusive de Deputados da ARENA, tem se verificado neste sentido. Porém, realmente, o Governo é insensível, quando toca na parte da fatia, ou na fatia do bolo, que pertence ao Governo, porque quando toca ao produtor, ao particular, ao governado, o Governo é insensível em reajustar.

Veja o Senhor, que o Governo reajustou o preço da gasolina. Esta gasolina que custa para a PETROBRÁS Cr\$ 2,30 e é vendida a Cr\$ 8,40, e hoje o "O Estado de São Paulo" refere-se a isto, é o preço mais caro do mundo da gasolina.

Lembra-se o Senhor, que todo o organismo oficial, todo o Partido do Governo em 1974, atribuiu a grande crise de 1973, exclusivamente ao preço da gasolina. Pois bem, hoje, a PETROBRÁS fatura em cima da crise da gasolina. E o Governo, usando um critério muito fácil para o racionamento, o preço, porque este dá vantagem. E como consequência disto é que dois bilhões de dólares anuais poderiam ser economizados.

Portanto, nobre Deputado, eu me congratulo com Vossa Excelência, quando toca nesta tecla "a insensibilidade do Governo". São dois exemplos que nós incorporamos ao discurso de Vossa Excelência, porque em qualquer atividade profissional, em qualquer setor, nós notamos a insensibilidade governamental, como Vossa Excelência procura realçar neste discurso.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do nobre

Deputado Nilso Sguarezi e afirmo, vindo da região maior produtora de suínos do Brasil, que o problema extrapolou os problemas políticos. Aliás, fiquei bastante surpreso ao ler, nos jornais de hoje, o relacionamento de uma possível derrota do Partido da Situação com o problema do porco.

Parece-me, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que deveríamos nos preocupar mais é de como é que se irão sair da situação os suinocultores, do que a preocupação se o nosso Partido vai perder ou vai ganhar.

Não existe mais o problema partidário, tanto homens da ARENA, como do MDB, estão sendo prejudicados pela peste suína. Não é o problema do Governador. Afinal de contas, não cabe ao Estado, em especial no regime em que vivemos, tomar medidas de natureza econômica.

O problema está acima dos partidos. A situação está a tal nível que com a responsabilidade de meu mandato, tive de afirmar a colonos no Município de Salto do Lontra, que estavam a preparar mais um dos inúmeros memoriais que hoje devem atulhar a mesa do Senhor Governador; não tive dúvida em afirmar que memoriais não resolvem mais; que não adiantam mais abaixo assinados, que não adianta pedidos de Deputados da ARENA e do MDB? Que não adiantam sequer os lamentos do Senhor Governador; há necessidade de movimentos mais sólidos; há necessidade que os Sindicatos desta Nação, deste Estado e da minha região, deixem de ser órgãos assistencialistas e passem a proteger a sua classe em defendê-la como devem defender. E lá no longínquo Município de Salto do Lontra, afirmei àquelas pessoas que me procuravam: é chegado o momento de os senhores tomarem medidas mais drásticas;

carreguem cem caminhões de porcos e levem a Curitiba, despejem na Rua XV, que soluções virão como vieram para o café há pouco tempo, quando este produto se encontrava numa situação difícil. Não tiveram dúvida os homens de São Paulo e do Norte do Paraná em fazer uma passeata até Brasília e os preços do café foram resolvidos. Não adiantam mais memoriais e nem queixas destas tribunas. Adianta, isto sim, é deixarmos de falar e começarmos a tomar medidas drásticas de contestação, ao regime econômico em que nós vivemos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, permitam-me que vos diga nesta data, volto do sudoeste alarmado, com a insensibilidade neste país que continua a ser a norma. Não sei se dentro de muito pouco tempo, as palavras e as promessas conseguirão conter um povo esfomeado.

Graças a Deus, me parece que este Governo que, repito, ser irresponsável, impopular, insensível, impatriótico, graças a Deus, não é imortal.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) -- Para falar no horário reservado à Liderança do MDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, sou portador de uma mensagem de vários colegas, inclusive de componentes até da outra bancada, de fazer um apelo à Mesa, no sentido de que se acelere a liberação da verba de assistência social. Ou de que se a Casa não recebeu a devida provisão para que essa verba seja liberada, que a Mesa reivindicasse junto a quem de direito, para que os Senhores Deputados pudessem fazer frente aos compromissos que realmente neste período eleitoral, estão criando até algumas dificuldades.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero antecipar em nome da nossa bancada, um voto de apoio ao pedido formulado pelo Deputado Erondy Silvério, pedindo preferência para a votação da Mensagem do Poder Executivo que visa a reestruturação dos quadros do Poder Judiciário. E deixar bem claro, Sr. Presidente, para que fiquem desfeitas as intrigas levantadas contra a bancada do MDB, que andam correndo o Tribunal de Justiça, de que a nossa bancada teria obstaculizado esta Mensagem aqui na Casa.

Vossa Excelência, e a própria liderança do Governo, como as Comissões, são testemunhas, de que em momento algum o MDB se furtou a se incorporar na velocidade com que essa Mensagem foi aprovada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Enfim, terminou a greve dos professores. Há alguns dias assumimos esta tribuna, para deixar patente e deixar clara, a posição do MDB, em relação ao que foi o Congresso dos Professores, ou a greve formulada pelos professores do Paraná. Entendemos e defendemos o direito de greve, quando ele é o último que o ser humano, que o cidadão, tem, para defender os seus direitos legítimos e os seus direitos sagrados.

Entendíamos que era justo o movimento dos professores ao fazerem reivindicações justas. E foi por isto que desta tribuna dissemos que se um só professor fosse punido pelo Governo, por defender o seu direito justo e sagrado, não mais contassem com o MDB nesta Casa, porque de uma decisão de nossa bancada, nós também faríamos aqui uma greve, não dando mais o "quorum" necessário ao funcionamento desta Casa.

Sr. Presidente, os professores voltam às aulas; os alunos podem ir à escola, e o passo inicial, para o bom entendimento, foi dado pelos nossos mestres. Sairam de sua trincheira de luta; levantaram a bandeira branca, para haver o entendimento. Esperamos então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que o Executivo, agora, dê o cumprimento devido ao que teria ficado acertado com o Bispo D. Alberti, nomeado pelos professores para ser o mediador do conflito com o Poder Executivo.

Esperamos, Senhor Presidente, que o Senhor Governador do Estado, tenha um ato também de humildade, como tiveram os professores, ao retornarem às aulas. Porque entendo de que se ninguém sair de sua posição, não haverá o entendimento.

Os professores deram o primeiro passo; esperamos que o segundo, seja dado pelo Governo do Estado do Paraná, e de que este Governo do Estado do Paraná, não entenda de que o recuo dos professores foi por covardia. Não entenda o Governo do Estado do Paraná que a volta às aulas se deve ao medo. Porque, o medo é gerador dos fatos, às vezes, mais dantescos que as pessoas possam cometer.

Se é verdade que não foram todos os professores que aderiram à greve, a verdade também é que, no íntimo de cada professor havia o desejo, a vontade de participar daquele movimento.

E se o movimento não se estendeu a todas as escolas do Paraná foi — repito, Sr. Presidente, Srs. Deputados — porque o medo não deixou. Porque, infelizmente, não só tem medo, nesta terra, o professor. Tem medo o político, tem medo o militar, tem medo o trabalhador. Tem medo até a dona de casa em assinar um simples protesto, como ocorreu em São Paulo, contra o custo de vida. Porque, até movimentos como esse estão sendo proibidos.

No último final de semana, em São Paulo, quatorze pessoas, ao saírem de uma Igreja, onde se reuniram e foram levar as listas de adesão a esse movimento, foram presas pela polícia que cercava aquele prédio.

Peço e rogo ao Senhor Governador do Estado que não interprete o medo existente em alguns professores do Estado do Paraná como arma capaz de fazer silenciar os mestres deste Estado. Porque aquele medo haverá de transparecer, aquela revolta, aquele inconformismo, haverá de se exteriorizar nas salas de aula, onde os grandes prejudicados serão nossos próprios filhos.

Porque, o mestre inconformado, o mestre injustiçado em seus direitos, haverá, de qualquer forma, fazer transmitir essa injustiça, esse inconformismo, aos seus alunos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuamos em expectativa, continuamos torcendo para que o segundo passo seja dado pelo Senhor Governador ao nomear essa Comissão que deverá chegar a um entendimento com os nossos mestres.

E, mais uma vez, retificamos aqui, a disposição de nossa bancada em dar prioridade absoluta a qualquer plano legislativo necessário a fim de que seja regularizada a situação dos mestres do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Quilse Crisóstomo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ouvi, falando, da tribuna, o eminente Deputado Deni Schwartz, da representação do Movimento Democrático Brasileiro, que como eu e outros ilustres Deputados, representa a região Sudoeste do Paraná.

Vi e ouvi a preocupação de Sua Excelência, que é de todos os brasileiros que residem no Paraná, com a situação aflitiva que vive aquela região nos dias presentes.

Situação difícil, decorrente de uma longa estiagem que frustrou a safra que prenunciava uma das maiores de todos os tempos.

Situação aflitiva em função de algumas firmas concordatárias que prejudicaram milhares de agricultores com o crédito que lhes deram nas notas promissórias rurais, economia que se agravou com a geada fora de época que se abateu sobre as culturas de milho e feijão feitas com uma certa antecipação em razão exatamente de pretenderem os nossos agricultores minimizar a situação aflitiva com as colheitas mais cedo.

Situação que se tornou mais séria em função da notícia da existência na região, da peste suína africana.

Ouvi as críticas que Sua Excelência dirigiu aos homens que fazem governo neste País e neste Estado, mas vi por outro lado, a preocupação de Sua Excelência, o Sr. Deputado Deni Schwartz, em posicionar bem, Deputados da ARENA e do MDB que têm sido vozes permanentes a clamar, a pedir e a exigir aceleração nas providências que possam viabilizar a comercialização dos suínos em situação de abate.

Mas para que se possa fazer justiça, é necessário que se registre, dessa tribuna, o trabalho incansável desenvolvido na área governamental do Estado do Paraná, liderada pelo Sr. Jayme Canet Júnior e devo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, prestar aqui um depoimento, inicialmente para dizer que tão logo se constatarem focos da peste suína africana no Estado do Paraná, o Governador do Estado do Paraná contactou com o Presidente da República e com os Senhores Ministros da área, exigindo deles participação na aquisição, na estocagem e na comercialização do nosso suíno.

Pretendia com isso o Senhor Governador, fazer com que a comercialização feita pelo Poder público da carne suína, poderia impedir o aviltamento do preço e é necessário que se afirme, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Presidente da República, General Ernesto Geisel, colocou à disposição da COBAL, nada mais e nada menos do que um bilhão de cruzeiros para que com esses recursos a COBAL participasse da comercialização dos suínos.

Determinou que os armazéns frigoríficos da CIBRAZEN, das CEASAS e também dos grandes frigoríficos que mantêm as câmaras frias para depósito de carne bovina, ficassem à disposição do armazenamento das pranchas dos suínos que deveriam ser abatidos especialmente no Paraná, estocados e comercializados posteriormente.

Esses recursos entendíamos nós, eram suficientes para a aquisição de todo o rebanho suíno em condições de abate existente do Paraná e também em Santa Catarina.

Convém que se diga, que da parte do Senhor Governador do Estado, houve uma determinação para que o Banco Regional do Desenvolvimento Econômico, que atua na nossa área, o Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná, o BADEP e o Banco do Estado, injetassem recursos para cionar os frigoríficos que estavam fechados para, abatendo também, pudessem comercializar com a COBAL.

Houveram todas as providências. Algumas por questão de litígio na justiça, — é o caso de algumas concordatárias que não cumpriram algumas cláusulas da concordata deferida pela justiça, — não poderiam manuzear o dinheiro que o Governo lhe estava colocando às mãos.

É necessário também que se diga que houve, da parte da Comissão Especial de combate à peste suína africana, no Brasil, que tem a presidência o Diretor Geral do Ministério da Agricultura, para o setor de fiscalização, Dr. Lira, demorou demais para estabelecer o custo operacional e os lucros que deveriam ser retidos pelos frigoríficos. E, o que vale dizer, o preço acabado de entrega aos açougueiros para o consumo junto à população.

Esta demora fez com que eu tivesse a oportunidade de dizer ao Dr. Lira, numa reunião da qual participaram líderes do setor agrícola, do setor rural, realizada na Federação da Agricultura do Paraná, que se essas medidas não fossem urgentes e aplicadas nada melhor para o suinocultor, o pequeno e o médio suinocultor do Paraná, nada mais lucrativo para ele do que ele, produtor, se transformar no agente transmissor da peste suína africana. E explicava: Enquanto as medidas governamentais na esfera federal demoravam, o Governo estava pagando ao produtor, indenizando o produtor pelos suínos sacrificados quando doentes. E pagando na boca do cofre, um preço que vai de onze a dezenove cruzeiros, o quilo.



Enquanto que na comercialização pura e simples, estes preços não estavam alcançando oito cruzeiros o quilo.

Mais fácil para ele, mais cômodo também para o suinocultor, era infectar o seu rebanho, denunciar a peste suína africana, sacrificar o seu rebanho e receber, num prazo não superior a quinze dias o correspondente de onze a dezenove cruzeiros o quilo, pago pelo Governo. Mas é preciso que se diga também, que pela primeira vez na história deste País, o Governo paga ao suinocultor os prejuízos por se haver abatido na sua criação a peste suína. Porque desde que me conheço neste Paraná como gente, via sempre o agricultor perdendo os seus rebanhos sem que nunca o Governo tivesse pago, de uma ou de outra forma alguma importância para minimizar os seus prejuízos.

E tem razão o Deputado Deni Schwartz, quando pede urgência para as providências. Mas não se poderá nunca jamais, debitar a demora à área governamental, na esfera estadual, porque o Governador, o Secretário e os homens mesmo da Delegacia do Ministério da Agricultura, o Dr. Roulien Basaglia, têm sido incansáveis em exigir essas providências.

E numa reunião, a que eu me referi, na qual durante seis horas discutimos o problema com a participação dos criadores da Associação Paranaense de Criadores de Suínos, da Federação da Agricultura do Paraná, dos Sindicatos de Comerciantes de Frigoríficos, verificou-se que exatamente o que se está a dever ao suinocultor do Paraná, é a abertura das fronteiras do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, para que o suíno vivo do Paraná possa ser abatido também naquelas unidades da Federação e não só restringir ao Estado de São Paulo, porquanto os comerciantes paulistas têm sido verdadeiros padraços na comercialização do suíno em pé. E para exigir-se deles que se urgenciem as medidas para a COBAL intervir no mercado, adquirindo as pranchas dos suínos abatidos no Paraná e estocando-as e através de um estoque regulador de preços fazer com que o suinocultor tenha minimizada, parte do prejuízo que já tem. Mas é preciso também que não nos esqueçamos de dizer, que se fez alguma coisa no setor, se procurou projetar uma outra imagem, do que é a suinocultura no Brasil, tomando como exemplo, a suinocultura racional que se faz na região sudoeste e Oeste do Paraná, para apagar a imagem negra que ficou junto ao consumidor, em decorrência das reportagens divulgadas pela televisão, da suinocultura de fundo de quintal, das favelas do Rio de Janeiro, que fez com que o consumidor criasse aversão pela carne de porco.

Nós estamos a clamar providência, ao mesmo tempo, que temos esperanças, de que a curto, a curtíssimo prazo, os problemas que ainda existem em decorrência da fixação de valores do custo de operação dos frigoríficos ou do lucro que esses devam reter, possam realmente dignificar que o mercado da carne suína que já está tendo uma boa reação, possa continuar sendo no Estado, uma das principais fontes da nossa economia, porque no Sudoeste, se não é a primeira depois do soja, ainda passa a ser a segunda. É exatamente, esta suinocultura, tão sacrificada em favor de quem, nós estamos cansados de pedir. Tem o aparte o Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Thomazoni, as notas taquigráficas dirão, de que este Deputado durante pronunciamentos que fez, exatamente, preservou a ação governamental a nível de Estado, inclusive, citando o Sr. Governador, que apelou, que fez e está apelando, porque talvez ele, mais de perto, como Governador do Estado, sinta os efeitos do problema.

Nós procuramos com nosso pronunciamento, mostrar exatamente, as contradições do Governo Federal, a burocratização que vai neste País, a demora das coisas, a insensibilidade, em ser povo; mostramos e procuramos mostrar e talvez, não tenhamos sido bem entendidos, o verdadeiro mistério para nós, que enquanto o preço do produto na fonte de origem,

baixa de preço, enquanto o esforço do paranaense, e temos inclusive, como homem de oposição, elogiado o Governo do Estado neste setor, asfaltou as estradas. O preço na fonte baixa, o transporte é mais barato, as condições de transportes são melhores e o produto chega na fonte de consumo, sempre com preço mais alto.

Não vimos em toda essa crise, não vimos com todos os estoques que alegam os frigoríficos, a impossibilidade de venda, não vimos baixar sequer, um centavo, um sequer, nos preços dos produtos derivados do suíno. Aí, afirmamos que o Governo é insensível, é impopular, é irresponsável, porque caberia ao Governo Federal então, porque não fazer através do barateamento da carne do suíno, uma verdadeira campanha para o consumo desta carne, diminuindo os estoques; porque não criar o governo um subsídio das rações, especializado, para os suínos, fazendo com que o colono pudesse manter na sua fazenda, na sua chácara no seu sítio, o produto que ele não pode vender. A demora é que leva ao desespero, desespero que Vossa Excelência é testemunha porque tem estado presente à região que mais produz porco em todo nosso País.

Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço a intervenção de Vossa

Excelência e ao deixar a tribuna, Sr. Presidente, me somo ao Deputado Deni Schwartz, para estranhar o fato de que, um quilo de lombinho de porco, nos açougues da Capital, está sendo comercializado a oitenta cruzeiros. O pernil e a carne tida como carne de primeira, com osso, carne de suíno, é comercializada a cinquenta e cinco cruzeiros o quilo, para não falar nos subprodutos, a linguiça e outros, que alcança preços astronômicos.

O SR. PRESIDENTE (Quielise Crisóstomo) — A Mesa comunica ao Sr. Presidente que tem um minuto para terminar sua oração.

O SR. IVO THOMAZONI — Concluo, Sr. Presidente.

Mas, para concluir, dizia, fica o registro da estranheza de que no instante em que pretendemos, todos nós, reativar o consumo da carne suína e fazer com que determinadas camadas de nossa população usem em seu cardápio diário esta especiaria que é das melhores nas mesas dos bons apreciadores, é de que realmente apenas uma camada da população, eu diria, privilegiada, tenha acesso a este tipo, a esta qualidade de carne que nós poderíamos estar atendendo os preços hoje de comercialização na área de produção, poderíamos estar colocando-a à mesa do consumidor, com uma redução de preço, no mínimo de cinquenta por cento daquela que se verifica nos açougues da Capital.

Era o registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que desejava fazer nesta sessão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados** — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Sobre a mesa, requerimentos de autoria dos Srs. Deputados

Erondy Silvério e Accioly Neto, no seguinte teor. (Lê):  
"Senhor Presidente.

Requeiro na forma regimental, preferência para discussão e votação do Projeto de Resolução n.º 106/78 e Projeto de Lei n.º 121/78, ambos constantes da Ordem do Dia, marcada para hoje.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1978.

(a) Erondy Silvério"

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 121/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 075/78, que objetiva alterar o Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, dando nova composição à carreira de Assistente Judiciário, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1978.

(a) Accioly Neto"

De conformidade com os requerimentos de preferência de discussão e votação, acima aprovados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 106/78, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que estabelece sede temporária da Assembléia Legislativa, no Auditório do Colégio Estadual do Paraná, no dia 1/9/78, e dá outras providências. — Sem Parecer. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 75/78, que objetiva alterar o Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, dando nova composição à carreira de Assistente Judiciário, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo, por unanimidade.**

Passaremos à apreciação das demais matérias constantes da Ordem do Dia:

EM VOTAÇÃO — 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 60/78, de autoria do Deputado José Domingos Scarpelini, que declara de utilidade pública o "Lions Clube de Curitiba - Marumbi", com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 35/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 41/78, que objetiva revogar dispositivos que especifica, da Lei n.º 6568, de 24/07/74, ficando por consequência extinto o Fundo Estadual de Habitação Popular - FUNDHAP. Pareceres favoráveis da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 188/78, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 72/77, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola 1.º e 2.º ciclos para funcionar a partir do ano letivo de 1978. — **SEM PARECER.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 190/78, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 21/77, de autoria dos Senhores Deputados Fidelcino Tolentino e Lineu Turra, que integra no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, o acesso que liga o Distrito de Cafelândia d'Oeste à BR-369. **SEM PARECER.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 192/78, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 86/77, de autoria do Deputado Enéas

Faria — que cria o Museu de História do Paraná, com sede em Curitiba, autorizando o Poder Executivo proceder sua instalação e dá outras providências. **SEM PARECER.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 36/78, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que denomina "Viaduto Theófilo Ferreira Loyola", o viaduto sobre o trevo de acesso à cidade de Palmas, na Rodovia PRT-280. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Com Emenda. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42/78, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palotina - APAE", com sede na cidade de Palotina. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 48/78, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade pública o "Centro Espírita Emmanuel", com sede e foro na cidade de Jagua-pitã. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 49/78, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública as "Aldeias Cristãs SOS", com sede e foro na cidade de Goio-Erê. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 63/78, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública a "Casa do Menor Paraplégico - LARZINHO", com sede e foro na cidade de Jacarezinho. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 26/78, que objetiva dar nova redação ao item I, do artigo 8.º, da Lei n.º 6508, de 13/12/73, que dispõe sobre as férias do Pessoal Suplementar. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — Com emenda de Plenário.

Em votação a emenda. — **Aprovada.** — Em votação o projeto. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 88/77, que objetiva estabelecer normas sobre o combate à Febre Aftosa no Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/78, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Terra Rica, imóveis de propriedade do Estado conforme especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 82/78, de autoria dos Senhores Deputados Accioly Neto e Jorge Sato, que declara de utilidade pública a "Sociedade Beneficente Assistencial Curitiba", com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 56/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 38/75, ex-Proposição n.º 129/75 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Jaguariaíva, objetivando execução de obras de reparos no prédio do Colégio Estadual "Rodrigues Alves", na

sede daquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 72/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 42/78, ex-Proposição n.º 127/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e interveniência de órgãos que especifica, e o Município de Bocaiúva do Sul, objetivando aplicação de recursos financeiros do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**1.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 141/74, de autoria do Deputado Aryzone Mendes de Araújo, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de Formosa d'Oeste, o Distrito Administrativo de Iracema. (Anexo ao Projeto de Lei n.º 134/75, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que versa sobre a mesma matéria). Parecer favorável da C.C.J., com Substitutivo Geral, por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 141/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica criado no Município de Formosa d'Oeste, o Distrito Administrativo de Iracema.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1974.

(a) Aryzone Mendes de Araújo

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo que com o presente projeto de lei pretendemos criar, possui todos os requisitos para tal e é por isso uma velha aspiração de seus habitantes.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 141/74

Anexo ao Projeto de Lei n.º 134/75

Art. 1.º — Fica criado no Município de Formosa, o Distrito Administrativo de Iracema, com as seguintes divisas:

"Inicia no cruzamento do Ribeirão dos Padres com a estrada Roma, seguindo por esta até a estrada Jacaré, seguindo por esta até a divisa dos lotes n.ºs 440 e 441; seguindo até encontrar o Ribeirão Jesuíta, seguindo por este água acima pela sua margem esquerda até alcançar a estrada Figueira; por esta até a estrada Pio XII, seguindo pela mesma até a estrada Alvorada; seguindo por esta até a estrada Marília; descendo pela estrada Marília até alcançar o Ribeirão dos Padres; por este seguindo-se pela sua margem direita até a estrada Roma, ponto de partida."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) Paulo Camargo - Presidente.

Luiz Alberto Oliveira - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 141/74,

Anexo ao Projeto de Lei n.º 134/75

De autoria do ex-Deputado Aryzone Mendes de Araújo, o presente Projeto de Lei n.º 141/74, tem por finalidade criar, no Município de Formosa, o Distrito Administrativo de Iracema. Anexo ao mesmo se encontra, por deliberação do Plenário, o Projeto de Lei n.º 134/75, de autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, versando sobre idêntica matéria.

Analisando-se os processos, temos que a documentação aos mesmos inserida, preenche as exigências previstas pelo Art. 9.º, da Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73 - Lei Orgânica

dos Municípios, e de acordo com o Parecer Normativo da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, de n.º 10/75, publicado no Diário Oficial da União de 15/10/75, opinamos favoravelmente ao projeto em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral que anexo apresentamos, visando adequá-lo a uma melhor técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de agosto de 1978.

(aa) Paulo Camargo - Presidente

Luiz Alberto Oliveira - Relator

**1.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 41/78, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de União da Vitória, o imóvel de propriedade do Estado que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — Com emenda. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 41/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de União da Vitória parte do imóvel, de propriedade do Estado, constituído da área de terreno situada na cidade de União da Vitória, medindo 45,40 m de frente para a rua Coronel Amazonas; por 49,70 m de um lado fazendo divisa com o imóvel onde se acha instalado o Centro de Saúde, por 51 m de outro lado e por 45,35 m de fundo, fazendo divisas com o Centro Desportivo Municipal, com área total de 2.288,44 m<sup>2</sup>. Transcrição no Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória sob n.º 5.017 - livro 3-E, fls. 206.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares

#### JUSTIFICATIVA:

O imóvel objeto do presente plano de lei, destinar-se-á à construção de parte do complexo esportivo da sede do Município de União da Vitória, o que, sem dúvida, contribui significativamente para o desenvolvimento da cultura esportiva da juventude daquela comuna. Isto é motivo suficiente para contarmos com o apoio e aprovação deste projeto de lei pelos nobres Pares.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 41/78

O projeto objetiva autorizar o Poder Executivo a fazer doação ao Município de União da Vitória, de uma área de terreno de propriedade deste Estado-membro, medindo 2.288,44 metros quadrados, a fim de vir a ser construído na mesma um complexo esportivo.

O projeto não merece qualquer reparo, pelo que opinamos pela sua aprovação, com a inclusão do parágrafo abaixo, que visa inserir no pretendido texto de lei o que está expresso na sua justificativa.

#### EMENDA:

Inclua-se no artigo 1.º, do Projeto, o parágrafo seguinte:

"§ único — A presente doação se destina a atender, exclusivamente, objetivos culturais e esportivos."

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1978.

(aa) Paulo Camargo - Presidente

Muggiati Filho - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 41/78

De autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, o presente Projeto de Lei n.º 41/78, tem por finalidade autorizar

o Poder Executivo a doar ao Município de União da Vitória, parte do imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o aspecto financeiro da matéria, temos que óbice algum impede que a proposição tenha a sua tramitação normal por esta Casa.

Assim, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1978.

(aa) Erondy Silvério - Presidente

Gabriel Manoel - Relator

## COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei n.º 41/78

A finalidade do presente Projeto de Lei n.º 41/78, de autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, vem a ser, a da autorização do Poder Executivo para doar ao Município de União da Vitória, o imóvel de propriedade do Estado, que especifica.

Sobre a matéria manifestaram-se favoravelmente as doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Quanto ao mérito da proposição, a que é chamada a opinar esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, temos que de acordo com a justificativa apresentada pelo seu autor, é das mais meritórias a sua finalidade, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1978.

(aa) Egon Pudell - Presidente

Werner Wanderer - Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 96/78, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a “Associação das Senhoras de Rotarianos de São José dos Pinhais”, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 96/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública a “Associação das Senhoras de Rotarianos de São José dos Pinhais”, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1978.

(a) Paulo Camargo

## JUSTIFICATIVA:

A “Associação das Senhoras de Rotarianos da cidade de São José dos Pinhais”, de personalidade jurídica, com sede e foro naquela cidade, presta relevantes serviços à comunidade de forma desinteressada e sem qualquer objetivo de lucro.

Os membros da sua diretoria não percebem nenhum salário, dividendo ou vantagem pecuniária pelo desempenho de suas atividades. Assim como a Associação não distribui qualquer espécie de lucros entre os seus associados, pelo que se enquadra perfeitamente nas disposições legais que dispõem sobre declaração de utilidade pública de entidades filantrópicas.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 96/78

1. Subscrito pelo nobre Deputado Paulo Camargo, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a “Asso-

ciação das Senhoras de Rotarianos de São José dos Pinhais”, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais.

2. O projeto vem devidamente articulado e justificado, obedecendo, assim, o que determina o art. 123 do Regimento Interno.

3. Referida iniciativa não fere qualquer preceito de ordem legal ou constitucional que possa prejudicar a sua livre tramitação. Os documentos que o instruem comprovam: a) estar a entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública em funcionamento regular há mais de um (1) ano; b) que seu estatuto social está devidamente registrado no cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, da comarca de São José dos Pinhais; c) que a mesma Associação presta, de forma real e efetiva, relevantes serviços à comunidade; e d) que seus membros diretores não percebem qualquer forma ou tipo de remuneração.

4. Assim, e em face das considerações expendidas, somos pela APROVAÇÃO do projeto de lei ora em exame.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de agosto de 1978.

(aa) Paulo Camargo - Presidente

Muggiati Filho - Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José do Patrocínio e Silva, ocorrido no Distrito de Luiziana, Município de Campo Mourão. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Djalma Ferreira Lopes. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final de diversos projetos de lei. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao funcionário desta Casa, Sr. Luiz Francisco Fontoura, pela sua aprovação em recente concurso ao cargo de Promotor Substituto. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Gaona, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, no sentido de urgenciar as obras de esgotos no Bairro da Vila Nori, nesta Capital. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo prorrogação por 90 dias, a validade da Instrução SEFI 614/78. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que o Instituto de Terras e Cartografia, reinstale o seu escritório em Nova Londrina ou em Loanda. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de louvor aos juristas paranaenses René Ariel Dotti, Antônio Acir Breda, Luiz Chemin Guimarães, Fernando Newton Bittencourt Fowler e Oto Luiz Sponholz, pela magnífica participação que tiveram no “2.º Encontro Preparatório ao VI Congresso Nacional de Ciências Penais”, realizado em Curitiba. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Banco Central do Brasil, encarecendo a conveniência da instalação de uma agência bancária no Distrito de Cafezal, Município de Iporã. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, composta por cinco

membros, destinada a servir de intermediária nas negociações entre professores paranaenses e o Governo do Estado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, eu retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere e o retira de pauta.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade aos professores paranaenses que se encontram em Congresso, defendendo suas justas reivindicações. — Aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhá-la, concedo a palavra ao Sr. Deputado autor.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em verdade, o requerimento nada encerra além daquilo que os professores em congresso tornaram público. E acredito que, de sã consciência, dificilmente algum membro deste Poder votaria contra esta moção. Mesmo porque, votar favorável a ela não significa votar contra os governantes de hoje. No entanto, causa-me estranheza, Sr. Presidente, com a sua discussão encerrada desde o dia 9, este requerimento seja dado à votação depois que toda a matéria em que haveria inclusive interesse da liderança do Governo, nesta Casa, fosse aprovada.

Não estou fazendo insinuações, nem pretendendo dizer qualquer coisa com o encarregado da Ordem do Dia, ou com a própria Presidência dos trabalhos.

Mas, como não sei de nenhum requerimento de preferência e no caso aí até seria um requerimento de negativa de preferência para deixar em último lugar ou nos últimos lugares este requerimento, me parece estranho que ele não tenha sido colocado à votação entre os primeiros requerimentos, já que a sua idade em poder da Presidência, durante as sessões para a votação talvez seja das mais antigas que estão pendentes nesta Casa.

Faço registro com estranheza, porque me parece que a obstrução feita pela ilustrada liderança da Aliança Renovadora Nacional, nesta Casa, é irrelevante, injustificada, nada tem que possa justificá-la.

Fica o registro, Sr. Presidente, não como uma advertência, porque em hipótese alguma, em condições idênticas nós não tomaremos, não adotaremos igual procedimento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, antes de conferir a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, sente-se no dever de informar ao eminente Deputado Muggiati Filho, que tem sido praxe da Mesa, adotada desde que eventualmente tendo sido eleito Presidente, ocupo a Presidência das sessões, de sobrestar todos os requerimentos por ordem de entrada e por data posterior.

Estão sobre a Mesa outros requerimentos do Deputado Accioly Neto e um outro também da lavra de S. Ex.<sup>a</sup>, eminente Deputado, que absolutamente não representou nenhuma preocupação da Mesa em aprovar outra matéria.

Todavia, também, nada obstará a que a Presidência possa, prioritariamente colocar matéria dessa natureza, com discussão encerrada, ou com discussão adiada na pauta, encaminhando os demais requerimentos apresentados durante a sessão. Tão somente, tem sido praxe nesta Casa, este procedimento.

E espera a Presidência, que os outros Presidentes também tenham procedido assim, pretendendo a aprovação do maior número possível, de matéria que está sempre sobre a Mesa, sobrestando aquela considerada polêmica.

Porque desde que tenha tido requerimento de adiamento de discussão, já se pressupõe haver litígio no entendimento quanto à sua aprovação ou rejeição, não outra, nenhuma outra intenção teve a Presidência, proceder desta forma.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Também em verdade, eu devo confessar, que do requerimento do nobre Deputado Muggiati Filho, conheço somente a emenda. E a emenda, talvez possa ser interpretada como manifestação de solidariedade aos professores grevistas, mas também, como uma manifestação de repúdio ao Governo na questão surgida já há mais de uma quinzena entre os professores e o Governo do Estado do Paraná.

Já tive a oportunidade de declarar, de que não questiono os pretensos ou verdadeiros direitos, proclamados pelos Srs. Professores, todavia, entendo que a maneira, o modo de conduzir as negociações, não foi de uma maneira correta e nem hábil, por parte dos Srs. Professores.

Razão pela qual, a liderança da ARENA e do Governo, entendeu que tivesse necessidade de fazer o pedido de verificação de votação.

Todavia, eu quero deixar claro que em nenhum momento anima a bancada qualquer posição contra os Srs. Professores. Achamos apenas que há uma maneira mais adequada e correta de se conduzir as negociações, visando a um entendimento com posições flexíveis de ambos os lados.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Muggiati Filho, que já teve seu encaminhamento de votação.

(Faz a verificação de votação).

9 Srs. Deputados aprovam; 4 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para deliberação.

A Presidência volta a lembrar os Srs. Deputados, que as disposições da Lei Complementar 15, do dia 13 de agosto de 73, alteradas pelo Decreto 15/39, de 14 de abril de 77, combinadas com a Resolução 10/428, de 6 de junho de 78, do Tribunal Superior Eleitoral, que determinam que a Mesa convocará até dez de setembro próximo, Sessão Extraordinária, para a escolha dos Delegados da Assembléia Legislativa do Paraná, que integrarão o Colégio Eleitoral, que elegerá Presidente e Vice-Presidente da República. Determinado que está portanto, pela Legislação Superior, a realização da Sessão referida, cabe à Mesa dar cumprimento como já o fez, à disposição pertinente do Regimento Interno, Artigo 74, § 1.º, marcando como marcou, a sessão de escolha dos Delegados ao Colégio Eleitoral para Presidente e Vice-Presidente da República, para o dia 31 do mês fluente, às 15 horas, neste Plenário.

Da mesma forma, lembra os Srs. Deputados que a Mesa mandou publicar editais convocando, para o dia primeiro, às 15,00 horas, na sede do Colégio Estadual do Paraná, a sessão extraordinária, na qual o Colégio Eleitoral composto, visando a eleição de Governador, Vice-Governador, Senador indireto e seus dois suplentes, está marcada para o dia primeiro, às 15,00 horas da tarde, abrindo-se os trabalhos de recebimento de credenciais e identificação dos Delegados Eleitores, a partir das 8,00 horas do dia primeiro, também no Colégio Estadual; recebendo-as das 8,00 às 14,00 horas, realizando a aludida sessão às 15,00 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 30, à hora regimetal, com a seguinte



ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 106/78.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 106/77, 24/78, 60/78, 82/78 e de Resolução n.ºs 56 e 72/78.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 141/74, 35/78, 41/78 e 96/78.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 175/77, 65/78,

92/78 e 120/78.

Marcando ainda uma sessão, para quinta-feira, dia 31, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 105/75, 05/78, 31/78 e 121/78.

Levanta-se a sessão.